

Vida nova para os 'carandirus' capixabas

A realidade estampada no filme 'Carandiru' é refletida no sistema penitenciário capixaba, onde faltam pessoal, espaço e condições para ressocialização dos presos

MARCUS MONTEIRO

O filme "Carandiru", em cartaz nos cinemas, expõe com todas as "cores" a máquina de moer carne em que se transformou o sistema prisional brasileiro. Onze anos se passaram desde o massacre do Carandiru - em que mais de 100 presos foram mortos após invasão de policiais militares - e o sistema prisional continua o mesmo: falta pessoal especializado; 56% de egressos que retomam a vida do crime; superlotação; tortura moral, psicológica e física; rebeliões e julgamentos com execuções sumárias nos presídios (cirandas da morte) viraram rotina.

Nesta matéria, vamos abordar a situação do sistema prisional capixabas sob a ótica do secretário de Estado da Justiça, Luiz Moulin, e da coordenadora da Pastoral Carcerária, Isabel Aparecida Borges da Silva. Na realidade, o sistema inclui os presos condenados e os presos nas delegacias - um verdadeiro sistema prisional paralelo - que também precisa ser reestruturado.

"Os presídios são frágeis, insalubres e desumanos". A afirmação é do secretário de Estado da Justiça, Luiz Moulin. A Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) administra 13 presídios no Estado, que abrigam 3.540 detentos, 854 a mais do que comporta a capacidade do sistema prisional.

Mais vagas

A superlotação nas delegacias da Polícia Civil - administradas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública - e no próprio sistema prisional capixaba - sob administração da Sejus - levou as autoridades a "ampliar" o nú-

mero de vagas no sistema prisional de 2.676 para 3.734 vagas, criando 1.058 vagas inexistentes nos presídios.

A criação dessas vagas contraria a Lei de Execuções Penais (LEP), mas aliviaram a extrema pressão causada

pela superlotação das delegacias nos bairros da Grande Vitória.

A degradação do sistema prisional levou o secretário de Justiça, Luiz Moulin, a declarar: "Temos dois presídios virtuais no Estado: Cachoeiro e

Casa de Custódia de Vila Velha". A afirmação tem como base a total falta de condições físicas de abrigar presos e oferecer segurança para quem trabalha nos dois locais.

"Isso é resultado de 20 anos sem investimento em

construção de presídios. Ainda assim, quando fizeram a Penitenciária de Segurança Máxima, não pensaram que lá estariam reclusas pessoas que precisariam de ventilação e iluminação adequadas. No verão, o local é insupor-

tável", critica Moulin.

O secretário lembra ainda que nenhum programa de ressocialização com resultados concretos foi levado à população carcerária, visando à ressocialização e à reintegração do preso ao mercado de trabalho nos últimos governos.

Para mudar o quadro, a Sejus propõe acelerar o processo de julgamento dos presos provisórios, retirar dos presídios os detentos com penas vencidas além de identificar os casos onde há possibilidade de remissão de pena com progressão do regime.

Moulin lembra que invariavelmente alguns presos provisórios, quando julgados, serão inocentados dos crimes a eles atribuídos. "Temos 1.885 casos que ainda não julgados. Resolvendo logo estes, estaremos fazendo Justiça e reduzindo a superlotação", explica.

Oferecer a todos os apenados um processo de ressocialização como preconiza a Lei de Execuções Penais é meta a Sejus. Para que isso aconteça, a secretaria firmou convênios com o Sebrae - para criação de microempresas e capacitação profissional dos detentos - e está viabilizando junto à Secretaria de Estado da Saúde enfermeiros e médicos do Hospital da Polícia Militar.

Foram nomeados 13 advogados que, com quatro defensores públicos, iniciaram o estudo dos processos dos apenados da Casa de Custódia. Essas atividades, de acordo com Luiz Moulin, contam com apoio do Ministério Público, Poder Judiciário, Comissão de Estadual de Direitos Humanos, Pastoral Carcerária, Conselho Penitenciário e Faculdade de Direito de Vitória.



Evaristo Borges - 5/4/2002

Realidade

A nova administração estadual encontrou o sistema prisional com superlotação de presos e busca soluções para reverter o quadro por meio de parcerias com o Governo federal

'Os presídios são porões da indignidade'

A experiência adquirida nos 20 anos de trabalho voluntário credencia a coordenadora da Pastoral Carcerária da Arquidiocese de Vitória, Isabel Aparecida Borges da Silva, a afirmar: "No Espírito Santo, até lixo é reciclado. O preso, não! Para eles, não há reciclagem, ressocialização, nada", aponta.

Isabel Borges explica que a sociedade capixaba deveria cobrar das autoridades o dinheiro que é investido no sistema prisional. "A pior forma de gastar dinheiro público é investir no sistema prisional que não ressocializa o homem", destaca.

A coordenadora da Pastoral Carcerária analisa o sistema penitenciário apontando falhas que resultam em injustiças para os criminosos apenados e acusados de crimes depois declarados inocentes.

"Temos casos de pessoas que ficaram presas seis anos, esperando por um julgamento, que as considerou inocente do crime de que eram acusadas. Ainda temos casos desse tipo no sistema prisional", denuncia.

Presos com penas vencidas, superlotação nas cadeias, tortura física e psicológica, violência policial, corrupção para facilitação de fugas, entrada de drogas e armas nos presídios, conflitos entre direção da unidade prisional e detentos, ausência de uma política penitenciária e quadro funcional capacitado são citados por Isabel como causas dos problemas.

"Apesar da boa vontade do secretário Luiz Moulin e do subsecretário Ênio Chaves dos Reis, as soluções ficam emperradas nas engrenagens da máquina pública. Engrenagens que destroem vidas inteiras. Os jovens representam 80% da população carcerária. São condenados por tráfico quando não passam de aviões", observa Isabel.

A banalização da prisão é citada por Isabel como um problema idêntico ao da superlotação. Ela cita a prisão do carroceiro Jeremias dos Santos, que pulou o muro de uma grande empresa para pegar capim para sua égua e está na Casa de Passagem, pois há três anos foi flagrado com uma arma e liberado sob fiança.

"Essas pessoas não têm coragem de mover ação indenizatória contra o Estado. Perderam completamente a noção de cidadania. Quando saem desses verdadeiros campos de concentração, o que importa para eles é se livrar do tormento. Assim, todas as injustiças e barbáries ficam engavetadas nos porões da indignidade em que esses locais se transformaram", resume Isabel.



O SECRETÁRIO DE JUSTIÇA

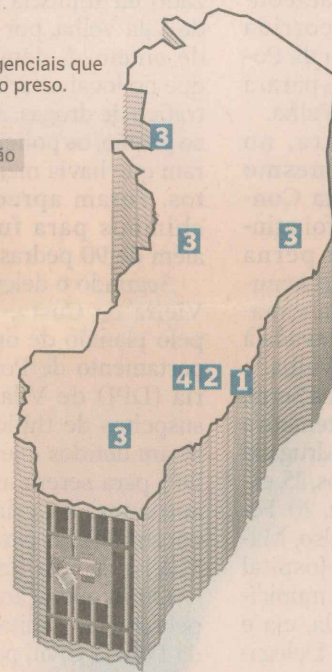
Luiz Moulin (ao centro) visitou os presídios do Estado para ouvir as reivindicações de funcionários e detentos

Situação do Sistema Prisional

Confira a população carcerária nos presídios capixabas e os programas emergenciais que o Governo Estadual implementará para reduzir a superlotação e ressocializar o preso.

População carcerária no Estado

Presídio	Vagas	Presos	Superlotação
1 Complexo Penitenciário de Vila Velha			
Instituto de Readaptação Social	208	266	58
Casa de Custódia de Vila Velha	191	264	73
Casa de Passagem	244	351	107
2 Complexo Penitenciário de Viana			
Casa de Custódia de Viana	313	548	235
Penitenciária de Segurança Média	102	223	121
Penitenciária de Segurança Máxima	400	429	29
Penitenciária Estadual Feminina	105	181	76
Hospital de Custódia e Trat. Psiquiátrico	50	66	16
3 Penitenciárias do interior			
Penitenciária Regional de Cachoeiro	288	308	20
Penitenciária Regional de Linhares	308	374	66
Penitenciária Regional de Colatina	110	240	130
Penitenciária Reg. de B. de S. Francisco	102	177	75
4 Regime semi-aberto			
Penitenciária Agrícola do Espírito Santo	250	107	-
Total	2.676	3.540	864



Programas Emergenciais para 2003

Conclusão das obras da Penitenciária Feminina de Viana,
• Com adaptações para ocupação como presídio feminino
• Aparelhamento e mobiliário

R\$ 2 milhões

Conclusão, mobiliário e aparelhamento da Penitenciária Regional de Colatina

R\$ 1.735.000,00

Conclusão das obras e ampliação no Presídio de Segurança Máxima, em Viana

R\$ 1,7 milhão

Construção de estação de trat. de esgoto
• Elevatória
• Duas quadras poliesp.
• Cerca de tiro e pavimentação interna no Presídio de Segurança Máxima

R\$ 1 milhão

Automação do Presídio de Segurança Máxima,
• Com trancas elétricas, circuito de TV e alarmes

R\$ 3,5 milhões

Construção, Equipamentos e mobiliários para dois presídios de Segurança Média no Estado

R\$ 9 milhões

Total do investimento
R\$ 30.935.000,00

Reformas gerais e ampliação

• Presídio de Cachoeiro
• Penitenciária Fem.
• Hosp. de Custódia
• Casa de Custódia de Vila Velha
• Instituto de Readaptação Social

R\$ 9 milhões

Construção

• Novo Presídio Feminino

R\$ 3 milhões

Construção, mobília e equipamento de três unidades regionais para 300 adolescentes

R\$ 4 milhões

Diálogo reduz número de fugas e mortes

As freqüentes rebeliões e execuções de detentos nos presídios capixabas foram reduzidas quando as reivindicações dos presos ultrapassaram os muros dos presídios. "Temos conseguido razoável tranquilidade devido ao diálogo constante. Estamos ouvindo os presos e a maioria das reivindicações tem procedência", explicou o secretário da Justiça, Luiz Moulin.

Ele está visitando pessoalmente todos os presídios e retorna na data marcada para renovar o diálogo. "Nossas visitas estão evitando abusos contra os presos, como violência física, psicológica e a violência moral", esclarece.

"Com toda a fragilidade do sistema prisional capixaba, nós não temos registrado ultimamente fugas em massa e rebeliões. O diálogo com os detentos e a vigilância eficaz da Polícia Militar tem evitado esses dois episódios, que acontecem quase diariamente nos presídios paulistas e cariocas", compara Luiz Moulin.

O primeiro regimento interno dos presídios foi elaborado e entrou em vigor no atual Governo. "Não havia uma normalização das regras internas nos presídios e agora temos definições claras para todo o sistema prisional", disse.

De acordo com o secretário, já foi autorizada a entrada de livros, revistas "instrutivas" e jornais no presídio de segurança máxima, em Viana, atendendo a reivindicação dos detentos.

Na Casa de Custódia de Viana, os detentos estão participando de um torneio de futebol de salão que iniciou em 29 de abril com final marcada para o dia 15 de maio próximo.

Uma das prioridades é a realização de um censo carcerário, explicou o secretário. "Não conhecemos quem está no nosso sistema. Isso nos tem causado sérios problemas e consequências graves para o cidadão que está preso", admite. Em julho, a Sejus também promoverá um seminário para avaliação das ações do primeiro semestre. "A partir daí, vamos traçar parâmetros para dar continuidade e suporte à política de trabalho da secretaria", explicou. Falhas graves ainda existem: o déficit de pessoal qualificado é assustador e os baixos salários dos cargos comissionados dificulta a contratação. "A Sejus deverá passar por uma reestruturação interna para servir melhor à sociedade e implantar sua nova política prisional", garante.

"A pena tem o caráter pedagógico. É isso que o governador Paulo Hartung quer resgatar. Ele quer o condenado preso, mas tratado com dignidade. O governador quer que as prisões ofereçam segurança à população e respeito ao apenado", garantiu o secretário.